

Impacto da assistência estudantil na trajetória acadêmica de estudantes cotistas da UFRGS nos dez primeiros anos da Lei de Cotas (2013-2022)

Impact of student aid on the academic trajectory of UFRGS affirmative action students in the first ten years of the quota law (2013-2022)

Impacto de la asistencia estudiantil en la trayectoria académica de estudiantes beneficiarios de cupos de la UFRGS en los diez primeros años de la Ley de Cupos (2013-2022)

**Lourenço Brito
FELLIN**

lofelin@gmail.com

Assistente social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**Célia Elizabete
CAREGNATO**

celia.caregnato@gmail.com

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

47

O artigo analisa a origem social e o desfecho acadêmico entre cotistas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Descrevemos a relação entre assistência estudantil e a permanência para ingressantes da graduação no período entre 2013-2022. A abordagem quantitativa (cruzamentos simples e medidas básicas de associação) mostrou que o acesso aos auxílios tem maior impacto entre estudantes ingressantes pelas vagas que acumulam critérios étnico-racial e renda, reduzindo em 29% a evasão.

Palavras-chave: Estudantes; Assistência estudantil; Ações afirmativas; Trajetórias.

The article analyzes the social background and academic outcomes of affirmative action students at Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Using administrative data from 2013 to 2022, it assesses the reach of student support policies. The analysis, based on simple cross-tabulations and basic association measures, indicates that access to benefits has the greatest impact on students admitted through quotas combining ethnic-racial and income criteria, reducing dropout rates by 29%.

Keywords: *Students; Student aid; Affirmative action; Trajectories.*

El artículo analiza el origen social y el desenlace académico de estudiantes beneficiarios de cupos en la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). Describimos la relación entre la asistencia estudiantil y la permanencia de los estudiantes de grado ingresantes en el período 2013–2022. El enfoque cuantitativo (cruces simples y medidas básicas de asociación) mostró que el acceso a los apoyos tiene un mayor impacto entre los estudiantes que ingresaron por cupos que acumulan criterios étnico-raciales y de ingresos, reduciendo la deserción en un 29 %.

Palabras clave: *Estudiantes; Asistencia estudiantil; Acciones afirmativas; Trayectorias.*

Introdução: Lei de Cotas, trajetórias e assistência estudiantil

Este artigo versa sobre a permanência estudiantil no ensino superior, com foco no impacto da assistência estudiantil sobre a trajetória e desfechos acadêmicos (evasão/diplomação). Partimos da discussão elaborada na tese de doutorado (Fellin, 2025), que abordou o tema da trajetória de estudantes no ensino superior com ênfase na análise do percurso de acadêmicos que ocuparam as vagas reservadas às Ações Afirmativas a partir da Lei de Cotas (Lei n. 12.711, 2012). Detivemo-nos ao contexto empírico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), contemplando os ingressantes entre 2013 e 2022, período que corresponde aos dez primeiros anos de implantação da lei na instituição.

A implementação das cotas no ensino superior configura um capítulo importante

da disputa pela hegemonia do papel da educação e da escola pública no processo de diminuição das desigualdades sociais. A abordagem macrosociológica contribui para explicar esse processo de produção e de manutenção das desigualdades educacionais. Ao refinar o interesse de suas razões para o âmbito institucional (realidade empírica de universidades), a sociologia disposicional possibilita a compreensão de *habitus* (Bourdieu, 1996) ajustados ao campo acadêmico. A análise de novas regularidades nessa dimensão, a partir das Ações Afirmativas, configura um elemento significativo a considerar para avaliar a pertinência da reserva de vagas enquanto mecanismo de inferência nas desigualdades de acesso ao ensino superior, remetendo a reprodução dessas desigualdades à dimensão da estratificação horizontal, que caracteriza os feixes de trajetórias prováveis.

Partimos do pressuposto de que essa política se constitui num mecanismo que propiciou emergirem novos feixes de

possibilidades de trajetórias para estudantes egressos do ensino médio público, pretos, pardos e com baixa renda acesarem o ensino superior. Nesse sentido, verificamos as potencialidades da abordagem de Pierre Bourdieu, sobretudo a partir da noção de “trajetória” para analisar o impacto das Ações Afirmativas, em específico a Política de Cotas, no ensino superior brasileiro. A noção de trajetória se associa à ideia de posição social e, em “A Ilusão Biográfica”, Bourdieu a define:

... como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. ... Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. ... Não podemos compreender uma trajetória ... sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontado com o mesmo espaço dos possíveis (Bourdieu, 1996, p. 81-82, grifos nossos).

As articulações conceituais para compreensão da noção de trajetória, em Bourdieu, mostram a descrição das relações entre agentes singulares, a partir do que se constitui como *habitus*, e as forças do campo — **relação que se objetiva em uma trajetória no espaço social** (posições ocupadas sucessivamente e deslocamentos). A essas posições no espaço social estão associadas a origem social do agente e o conjunto/patrimônio de

capitais acumulados. Nesse sentido, um agente/grupo que detenha maior capital cultural e econômico ocupa uma posição oposta a outro agente/grupo desprovido de tais capitais. Cada classe de posições corresponde a uma classe de *habitus* que estrutura o processo de distinção e as trajetórias. Determinado volume de capital corresponde a um “**feixe de trajetórias**” praticamente equiprováveis (campo de possíveis), ou seja, um percurso provável, mas que não pode ser confundido com uma condenação do destino. Para Bourdieu (1996, p. 22), os diferentes “*habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas . . . são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes”.

Esses esquemas de classificação, distinção e hierarquização do mundo funcionam como matrizes de compreensão da realidade e de ação sobre ela. Para Bourdieu (1996), aquilo que costumeiramente nos referimos como “indivíduos” ou “sujeitos” são “agentes” dotados de um “senso prático”. O senso prático define, em grande parte, as trajetórias, pois é um sistema adquirido e incorporado de disposições, preferências, princípios de visão e de divisão, de estruturas cognitivas duradouras e de esquemas de ação que orientam as respostas consideradas adequadas para o que se deve fazer em determinada situação (a arte de antecipar o futuro).

O *habitus* é essa espécie de senso prático. Constitui, assim, uma das **chaves de leitura das trajetórias** dos agentes, como o percurso escolar/acadêmico, por exemplo, e as distinções de rumo. O próprio Bourdieu lembra-nos, no livro *Razões Práticas*, dos mecanismos pelos quais a instituição escolar contribui “para reproduzir a distribuição do capital cultural e, assim, a estrutura do espaço social” (Bourdieu, 1996, p. 35), identificando o modo de reprodução sustentado na

lógica que tende a perpetuar a estrutura social. Desvelam-se, assim, os **instrumentos de seleção** — como é o caso das provas para ingresso na universidade — que separam detentores de capital cultural herdado daqueles que não o possuem, associando diferenças de aptidão a diferenças sociais preexistentes e, com isso, desenhando-se trajetórias.

Assim, podemos nos referir a **trajetórias modais** (regularidades estatísticas), ou ainda, **trajetórias prováveis**. Às recorrências nos perfis de estudantes que historicamente ingressaram na educação superior correspondem trajetórias esperadas de agentes que tiveram privilégios herdados na forma de capitais valorizados pelo campo acadêmico. Essa dinâmica já foi observada descrita por Bourdieu e Passeron (2014), em *Os Herdeiros*. A associação das características do campo escolar/acadêmico a esses patrimônios de capitais transmitidos de geração em geração explica, em boa medida, a elitização dos bancos universitários, sobretudo em instituições e cursos de maior concorrência pelo diploma (Nogueira e Nogueira, 2015; Valle, 2014).

A intensidade dessa marca das aquisições sociais faz com que o estudante se sinta “em seu lugar” ou “deslocado”, reforçando as desigualdades e legitimando os privilégios daqueles que herdaram de seu meio social os recursos culturais necessários para atender às exigências implícitas das instituições de ensino. Interessa-nos identificar o impacto de uma política pública para **reorientação de trajetórias**, ou seja, para

o deslocamento de agentes no campo social e constituição de **novos feixes de trajetórias** possíveis, até então historicamente negados. Para além da tese da “causalidade do provável (Bourdieu, 2012)¹, a transmissão de herança cultural não é mecânica, permitindo “falhas” que repercutem em destinos improváveis ou excepcionais e resultam em **trajetórias que fogem ao esperado**. Ela também não está associada exclusivamente com a posição de classe que os indivíduos ocupam na sociedade.

As Ações Afirmativas para ingresso na educação superior vêm funcionando como um instrumento de redução de desigualdades. De fato, elas não dão conta de promover a racionalização das instituições e práticas pedagógicas (Bourdieu e Passeron, 2014) a ponto de democratizar os “bens culturais legítimos” (Nogueira e Nogueira, 2015, p. 59) e produzir efetiva igualdade de oportunidades entre estudantes de classes ou origens sociais desiguais. Porém, as cotas têm efeitos práticos na desestabilização de *habitus* e no **prolongamento de trajetórias** de escolarização dos sujeitos de direito dessa política (os “não herdeiros”). Ao promover a inserção de indivíduos com *habitus* até então estranhos ao campo acadêmico, geram repercussões no cotidiano das universidades e nas práticas institucionais.

Ao discutir o *habitus* desses agentes, frente aos estudantes de grupos sociais tradicionais na universidade, cujas trajetórias eram mais prováveis à sua ocupação,

¹ “As oportunidades objetivas de cada grupo social condicionam a experiência dos atores, configuram suas esperanças subjetivas e suas escolhas concretas, fazendo com que os mesmos contribuam, sem que tenham plena consciência disso, para a realização de uma trajetória escolar e social bastante próxima ao que seria objetivamente (estatisticamente) mais provável para indivíduos com seu perfil social.” (Nogueira e Nogueira, 2015, p. 52).

percebe-se que eles desenvolvem recursos diferenciais:

A complexificação do habitus dos agentes que circulam e “jogam” em vários campos hipoteticamente ofereceria maiores condições da sua diversificação estrutural e, conseqüentemente, do volume total do capital. Assim, agentes dotados de habitus complexos, em princípio, têm otimizadas as chances de alcançar posições sociais mais elevadas no espaço social. Num sentido inverso, certos grupos de agentes que, em virtude das condições sociais de vida, têm menos oportunidades de atuar e circular por diferentes campos teriam estrutura e volume de capitais mais simples e, portanto, encontrariam diminuídas as suas chances de formação de habitus mais complexos (Brandão, 2010, p. 233).

Nesse sentido, a aproximação com Bourdieu para pensar as Ações Afirmativas parece ser um caminho profícuo, uma vez que consegue aprofundar e especificar a influência da posição de classe nas trajetórias escolares dos indivíduos adotando uma concepção relacional. Nesse raciocínio, define o grupo pela posição ocupada no espaço social, ou seja, pela distribuição de capitais (econômico, cultural e social), sem cair no determinismo de classe. Por fim, a abordagem bourdesiana permite relacionar a elasticidade do *habitus* com mudanças nas posições sociais que não são ruptura com a origem social nem são a sua continuidade absoluta. Permite, assim, a inteligibilidade das trajetórias de estudantes que não estão sustentados na herança de classe, mas acessam campos sociais anteriormente restritos às elites.

Para além das ações afirmativas que permitem o ingresso de públicos estudantis não tradicionais, existem outros recursos institucionais que viabilizam a permanência. Esse é o caso da assistência estudantil. Heringer (2018) reconhece

a importância da **assistência estudantil**, mas sinaliza para os limites das ações de permanência material. Para a autora, suprir as necessidades socioeconômicas dos estudantes não é suficiente para garantir a permanência plena. Em pesquisa mais recente, desenvolvida pela autora no contexto estadunidense (Heringer, 2022), ela reforça que a limitação nas chances de bons desempenhos acadêmicos está relacionada a dificuldades financeiras, acadêmicas e de falta de senso de pertencimento. Seu estudo evidencia uma série de programas institucionais e governamentais voltados para essas dificuldades e conclui que a combinação de ações de apoio financeiro, apoio acadêmico, sensibilização dos docentes e atividades entre pares, tais como tutorias, parece contribuir para a ampliação do sucesso acadêmico, sobretudo dos estudantes pertencentes a grupos sub-representados.

O impacto da assistência estudantil foi constatado na pesquisa de Nierotka (2021) com estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Entre os estudantes ingressantes em 2013, os beneficiários apresentaram 2,8 vezes mais chances de concluir o curso em relação aos que não receberam. O estudo de Cespedes *et al.* (2021) avaliou o impacto do programa de auxílios estudantis da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), identificando que, em todos os perfis de vulnerabilidade, os beneficiários apresentaram menor porcentagem de desistência e melhores coeficientes de desempenho acadêmico do que os estudantes de mesmo perfil que não participaram do programa.

Cruz *et al.* (2023) observaram, na Universidade Federal do Rio Grande (Furg), que o desempenho acadêmico dos beneficiários foi superior em 21% em média comparado aos não beneficiários (coorte de ingressantes em 2013), concluindo que existe uma relação positiva entre o recebimento dos auxílios e

o desempenho dos estudantes beneficiários. No mesmo sentido, ampliando a análise com dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2019, referentes a estudantes de 63 universidades federais, o estudo de Julião *et al.* (2022) verificou que quanto menor o nível de renda do estudante contemplado pelos auxílios permanência, maior tende a ser a influência positiva no desempenho acadêmico.

Na UFRGS, a pesquisa de Silva (2019) avaliou a efetividade da assistência pecuniária aos estudantes de graduação entre 2013 e 2018, comparando o desempenho acadêmico por regressões lineares simples em agrupamentos de cortes transversais. O principal resultado, apontado pelo autor, foi de que o desempenho acadêmico do aluno beneficiado apresenta variação marginalmente maior que o do grupo de comparação formado por estudantes com mesmo perfil (ingressantes pelas modalidades de baixa renda), ou seja, estudantes assistidos apresentaram, em média, variação diferencial positiva, embora pequena. Em suma, os estudos corroboram a importância da assistência estudantil para melhores desfechos no desempenho acadêmico.

Metodologia

O desenho da pesquisa adotou uma abordagem quantitativa de caráter exploratório, contemplando uma análise descritiva a partir de cruzamentos simples e medidas básicas de associação, para mapear tendências em relação à situação acadêmica, com foco no impacto da assistência estudantil nos desfechos terminativos (evasão e diplomação). Trabalhamos com a hipótese, especificamente mobilizada neste artigo, de que o acesso ao Programa de Benefícios (suporte institucional de assistência estudantil) corresponde a um importante mecanismo de redução das

desvantagens educacionais, contribuindo para redução da evasão e aumento da diplomação, sobretudo entre os estudantes com maior vulnerabilidade social.

a) Banco de dados

A base de dados foi construída a partir das informações administrativas da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e do Programa de Benefícios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), extraídas em setembro de 2023, totalizando o registro de 69.984 ingressos entre 2013 e 2022 nos cursos de graduação da UFRGS.

Os microdados coletados inicialmente possuem como unidade de análise a “vaga no curso”, registrando a ocupação e trajetória da vaga. Realizamos um esforço de adequação dos dados para a unidade de análise da pesquisa ser o *estudante*, garantindo o mapeamento das trajetórias acadêmicas dos sujeitos independentemente do número de vagas ocupadas ao longo do período de análise. Esse procedimento metodológico incide significativamente no resultado das observações. Por exemplo, quando um estudante realiza mudança de curso, para os dados administrativos, o registro gerado é de evasão na vaga que ele ocupava e novo ingresso na vaga que passa a ocupar. No entanto, de fato, o estudante (sujeito) não evadiu, apenas realizou a troca de curso e permanece ativo (cursando), seguindo sua trajetória acadêmica. A opção do registro administrativo pela “vaga no curso” tem justificativa gerencial para fins de informação junto ao Ministério da Educação (MEC) e acompanhamento do desenvolvimento do curso, podendo repercutir inclusive na matriz de distribuição orçamentária às universidades.

Considerando que a preocupação central do nosso estudo é com as trajetórias dos estudantes (não das vagas), adequamos os dados excluindo os registros duplicados de estudantes que tiveram mais de

um ingresso ao longo do período de análise. Optamos pela manutenção dos dados do vínculo mais atual, porém preservando as informações da primeira modalidade de ingresso e do semestre de ingresso na universidade. Também foram excluídos os estudantes que ingressaram pelas modalidades: Ingresso de Diplomado, Aluno Convênio, Convênio Biomar, Transferência Interna Aluno Convênio; Transferência Compulsória; dos cursos de modalidade de Ensino a Distância (EaD); e estudantes sem identificação da modalidade de ingresso (possivelmente com primeiro ingresso anterior a 2013).

A partir do ajuste no banco de dados, a população desta pesquisa contou com **49.476 estudantes ingressantes entre 2013 e 2022** nos cursos de **graduação da UFRGS**. Os procedimentos de análise estatística foram realizados por meio dos softwares Statistical Package for Social Sciences (SPSS) e Excel.

b) Descrição das variáveis

Variável dependente: adotamos como variável dependente nesta pesquisa a “Situação Acadêmica”, que representa o desfecho da trajetória do estudante no momento da coleta de dados (setembro de 2023) e está categorizada em “Cursando” (estudante com vínculo ativo matriculado na universidade); “Evasão” (considera estudante que não concluiu o curso e não está com matrícula ativa, independentemente do motivo: abandono, desligamento voluntário, desligamento por critério

institucional ou trancamento de curso); e “Diplomado” (estudante que concluiu o curso com aproveitamento).

Variáveis independentes: consideramos “Assistência Estudantil” como variável independente de *Apoio Institucional*, pois está associada ao acesso de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica ao Programa de Benefícios da Prael, categorizada em “Beneficiário” e “Não beneficiário”. É a principal variável de interesse neste artigo.

A variável “Modalidade de Ingresso” corresponde à informação da vaga efetivamente ocupada pelo estudante, independentemente da modalidade que originalmente tenha se inscrito. Apresenta nove categorias² de acordo com os critérios de ocupação de cada modalidade de vaga. Todas as modalidades de cotas (Ls) têm o critério comum de reunirem estudantes que realizaram o ensino médio em escolas públicas. A modalidade que possui somente esse critério é L3. As modalidades que associam critério étnico-racial são L2, L4, L10 e L14. As modalidades que exigem a comprovação de renda inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* (baixa renda) são L1, L2, L9 e L10. As modalidades com critério de pessoa com deficiência (L9, L10, L13 e L14) não foram objeto de análise específica por não apresentarem representatividade estatística em relação às demais modalidades. Mesmo assim, tiveram seus dados apresentados individualmente e foram considerados os valores agregados às demais modalidades de reserva de vaga como “Cotistas”.

² Legenda das modalidades de ingresso: AC – Ampla Concorrência; L1 – Egresso de Escola Pública – Renda Inferior; L2 – Egresso de Escola Pública – Renda Inferior – Autodeclarado PPI; L3 – Egresso de Escola Pública; L4 – Egresso de Escola Pública – Autodeclarado PPI; L9 – Egresso de Escola Pública – Renda Inferior – PcD; L10 – Egresso de Escola Pública – Renda Inferior – Autodeclarado PPI – PcD; L13 – Egresso de Escola Pública – PcD; L14 – Egresso de Escola Pública – Autodeclarado PPI – PcD.

Para facilitar a comparação dicotômica entre cotistas e não cotistas, optamos por agregar os dados das modalidades de cota caracterizando uma nova variável: “Reserva de Vaga”. Os estudantes da modalidade de ingresso Ampla Concorrência (AC) estão categorizados como “Não cotistas”, e os estudantes de todas as modalidades de cotas (Ls) são representados por “Cotistas”.

Além das variáveis “Modalidade de Ingresso” e “Reserva de Vagas”, foram consideradas variáveis *Socioeconômicas* “Sexo” (feminino/masculino) e a idade do estudante no período da coleta dos dados (“Idade”) e no ingresso na universidade (“Idade no Ingresso” e “Faixa Etária – Ingresso”).

Foram consideradas como *Acadêmicas* as variáveis independentes: “Grau Acadêmico”, que se refere ao tipo de curso (Bacharelado/Licenciatura); “Turno”, relativo à oferta do curso integral/manhã ou tarde (Diurno) ou a noite (Noturno); “Área Capes”, classificação dos cursos na UFRGS conforme Áreas de Conhecimento/Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); “Coeficiente de Seletividade”³, categorizado de “muito baixo” a “extremo” para classificar os cursos pela dificuldade de acesso; e “TIM”, que corresponde à taxa de integralização média de créditos do estudante e permite identificar a retenção no curso. O Quadro 1 sintetiza as variáveis mobilizadas na pesquisa.

³ O coeficiente de seletividade é um indicador que evidencia a demanda pelo curso de graduação por meio de informação do processo seletivo. Ele considera o número de inscritos no Concurso Vestibular da UFRGS em cada curso e a pontuação nesse processo seletivo (também chamado de argumento) do último classificado por modalidade de ampla concorrência no respectivo curso, nos anos de 2013 e 2018. A multiplicação desses dois fatores (número de candidatos e a nota) é dividida por mil. O coeficiente foi gerado utilizando a média calculada desses dois anos de referência, a fim de compensar a mudança de interesse nos cursos ao longo do tempo. Os cursos foram classificados em seis categorias de seletividade, além da categoria “Não Identificado”, composta por cursos para os quais não se obteve acesso aos dados que compõem o indicador (Licenciatura em Educação no Campo – Ciências da Natureza e Bacharelado em Engenharia de Gestão de Energia).

Quadro 1. Descrição das variáveis da pesquisa

VARIÁVEL DEPENDENTE	CATEGORIAS	TIPO
Situação Acadêmica	Cursando Evasão Diplomação	Acadêmica
Assistência Estudantil	Beneficiário Não beneficiário	Apoio institucional
Modalidade de Ingresso	AC – L1 - L2 - L3 - L4 L9 - L10 - L13 - L14	Socioeconômica
Reserva de Vaga	Não cotista Cotista	Socioeconômica
Sexo	Feminino Masculino	Socioeconômica
Idade	Contínua 18-80 anos	Socioeconômica
Idade no Ingresso	Contínua 16-75 anos	Socioeconômica
Faixa Etária – Ingresso	[16,20]; (20,25]; (25,30]; (31,Inf].	Socioeconômica
Grau Acadêmico	Bacharelado Licenciatura	Acadêmica
Turno	Diurno Noturno	Acadêmica
Área Capes	Ciências Agrárias Ciências Biológicas Ciências da Saúde Ciências Exatas e da Terra Ciências Humanas Ciências Sociais Aplicadas Engenharias Linguística, Letras e Artes	Acadêmica
Coeficiente de Seletividade	Extremo Alto Médio alto Médio Médio baixo Baixo Não identificado	Acadêmica
TIM	Contínua	Acadêmica

Fonte: Elaborado pelos autores.

c) Estatística descritiva da população geral da pesquisa

Para compreender a caracterização geral da ocupação das vagas pelos estudantes ingressantes entre 2013 e 2022

na UFRGS, apresentamos, na Tabela 1, as estatísticas descritivas da população. Reunimos as informações que possibilitam um mapeamento geral da distribuição das frequências e percentuais em cada variável. A síntese desta etapa

exploratória revela que 50,4% dos estudantes são do sexo feminino e têm idade entre 16 e 20 anos (60,1%). A ocupação das vagas se concentra em cursos de bacharelado (84,3%) oferecidos no turno diurno (75,5%). A área de Ciências Sociais Aplicadas reúne o maior percentual de estudantes (29,4%), seguida pelas áreas de Engenharias (16,1%) e de Ciências da Saúde (15,9%). Além disso, os cursos mais seletivos (com coeficiente de seletividade categorizado entre médio e alto) reúnem percentual superior a 70% de toda a população. Estudantes cotistas representam 39,4% e estão distribuídos com maior frequência nas

modalidades L3 (15,1%) e L1 (10,3%), ou seja, modalidades que não contêm critério étnico-racial associado. Apenas 15,3% dos ingressantes no período acesaram o Programa de Benefícios. É possível observar uma leve queda no número de ingressantes a partir de 2018, sendo o mais baixo percentual da série histórica registrado em 2022 (8,4%), apresentando um déficit em número absoluto de mais de 1.500 estudantes em relação aos ingressantes de 2014. Por fim, registra-se uma evasão (19,2%) inferior ao número de diplomados (27,1%) e a predominância de estudantes matriculados ativos (53,7%).

Tabela 1. Estatísticas descritivas dos estudantes ingressantes na UFRGS entre 2013 e 2022

VARIÁVEL	CATEGORIAS	N	%
Sexo	Feminino	24.954	50,4
	Masculino	24.522	49,6
Faixa etária – Ingresso	[16,20]	29.767	60,1
	(20,25]	11.318	22,9
	(25,30]	3.699	7,5
	(31,Inf]	4.689	9,5
	Missing	3	0,0
Grau Acadêmico	Bacharelado	41.727	84,3
	Licenciatura	7.749	15,7
Turno	Diurno	37.368	75,5
	Noturno	12.108	24,5
Área Capes	Ciências Agrárias	2.175	4,4
	Ciências Biológicas	1.287	2,6
	Ciências da Saúde	7.885	15,9
	Ciências Exatas e da Terra	5.007	10,1
	Ciências Humanas	6.260	12,7
	Ciências Sociais Aplicadas	14.540	29,4
	Engenharias	7.983	16,1
	Linguística, Letras e Artes	4.339	8,8

Continua...

VARIÁVEL	CATEGORIAS	N	%
Coeficiente de Seletividade	Extremo	1.362	2,8
	Alto	14.899	30,1
	Médio Alto	9.970	20,2
	Médio	10.362	20,9
	Médio Baixo	5.506	11,1
	Baixo	7.020	14,2
	Não disponível	357	0,7
Reserva de Vaga	Não cotista	29.970	60,6
	Cotista	19.506	39,4
Modalidade de Ingresso	AC	29.970	60,6
	L3	7.458	15,1
	L1	5.113	10,3
	L4	3.724	7,5
	L2	2.887	5,8
	L13	190	0,4
	L14	37	0,1
	L9	62	0,1
	L10	35	0,1
Assistência Estudantil	Não beneficiário	41.890	84,7
	Beneficiário	7.586	15,3
Ano de Ingresso	2013	5.538	11,2
	2014	5.725	11,6
	2015	5.475	11,1
	2016	5.255	10,6
	2017	4.966	10
	2018	4.523	9,1
	2019	4.374	8,8
	2020	4.841	9,8
	2021	4.622	9,3
	2022	4.157	8,4
Situação Acadêmica	Cursando	26.557	53,7
	Diplomado	13.425	27,1
	Evadido	9.494	19,2
TOTAL		49.476	100

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Da análise descritiva geral inicial dos dados, depreende-se a predominância de um perfil de estudante que ingressa com até 20 anos de idade, do sexo feminino, que ocupa vaga de ampla concorrência em cursos de alta seletividade, de bacharelado, diurno, da área de Ciências Sociais Aplicadas, que não acessa os benefícios da assistência estudantil e segue vinculado ao curso. Enquanto “tipo ideal”, o perfil descrito é uma abstração generalizada que oculta a inferência de marcadores específicos nos desfechos da ocupação das vagas e no fluxo de trajetórias estudantis.

d) Considerações sobre a Assistência Estudantil na UFRGS

O Programa de Benefícios da Prae corresponde a um importante mecanismo de combate à evasão. Os auxílios são destinados aos estudantes com renda inferior a 1,5 salário-mínimo e visam promover a permanência pela equiparação de condições básicas como alimentação, transporte, moradia, acesso à internet, material de ensino, auxílio creche e auxílio saúde. O programa é financiado com recursos

do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e do orçamento próprio da universidade. O Pnaes foi criado em 2008 como plano de governo e foi convertido em programa a partir de 2010, regulamentado pelo Decreto nº 7.234/10. Ele tem o objetivo de democratizar as condições de permanência na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Decreto n. 7.234, 2010). Em 2024, o programa ampliou seu escopo de atuação e consolidou-se como política de Estado a partir da aprovação da Lei n.º 14.914/24, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil.

O número de estudantes atendidos pelo Programa de Benefícios da Prae tem sido de, aproximadamente, 4 mil beneficiários, se considerarmos os três últimos anos da nossa série histórica: 3.794 em 2020; 4.065 em 2021; e 3.984 em 2022 (UFRGS, 2023).

O Quadro 2 sistematiza os benefícios operacionalizados pela Prae da UFRGS:

Quadro 2. Descrição dos benefícios Prae/UFRGS

BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO
Moradia Estudantil	a) Oferta de vagas em quatro casas de estudantes: Casa do Estudante Universitário - CEU (396 vagas); Casa dos Estudantes da Faculdade de Agronomia e Veterinária - Cefav (104 vagas); Casa do Estudante da UFRGS - CEUFRGS (42 vagas); Casa de Estudantes Indígenas - CEI (42 vagas). b) Auxílio moradia em pecúnia Campus Litoral Norte no valor de R\$750,00.

Continua...

BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO
Alimentação	a) Restaurante Universitário (RU): isenção de custo do tíquete do Restaurante Universitário nas refeições de almoço e jantar e, exclusivamente para os estudantes moradores das Casas de Estudantes da UFRGS, acesso ao café da manhã, também com isenção do custo; b) Auxílio Alimentação: auxílio financeiro no valor de R\$ 250 mensais exclusivo para moradores das Casas de Estudantes da UFRGS e para usuários do Auxílio Moradia, para custear parte das despesas com alimentação nos dias em que não há funcionamento dos restaurantes universitários; c) Auxílio Extraordinário: auxílio financeiro no valor de R\$ 18 por refeição (almoço ou jantar), limitado a R\$ 36 por dia, em forma de ressarcimento, caso ocorra interrupção de funcionamento dos RUs por situação de emergência ou calamidade pública decretada pelo município, ou por razões técnicas ou de manutenção.
Transporte	Auxílio financeiro mensal para custear parte das despesas do estudante com deslocamento para atividades acadêmicas curriculares obrigatórias durante o semestre letivo. Para estudantes do Campus Porto Alegre, valor equivalente a 50 passagens escolares de transporte coletivo (ônibus) de Porto Alegre. Para estudantes do Campus Litoral Norte, valor equivalente a 50 passagens integrais de transporte coletivo (ônibus) de Porto Alegre. Estudantes matriculados em menos de 12 créditos recebem metade do auxílio para ambos os <i>campi</i>.
Material de Ensino	Auxílio financeiro semestral no valor integral de R\$180 para custear parte das despesas do estudante com material para as atividades de ensino. Estudantes matriculados em menos de 12 créditos recebem metade do valor.
Inclusão Digital – Internet	Auxílio financeiro mensal no valor de R\$100 para custear parte das despesas do estudante com a contratação de serviços de internet. Exceto para moradores das casas de estudantes.
Auxílio Creche	Auxílio financeiro para custear parte das despesas do estudante como responsável legal por criança até a idade de 5 anos, 11 meses e 29 dias, no valor de R\$350 mensais por dependente.
Programa Saúde	Benefício que dá acesso a serviços disponíveis a todos estudantes beneficiários que podem ser utilizados conforme necessidade, mediante agendamento direto: a) Atendimento odontológico: atendimento ofertado por ação de extensão realizada no Hospital de Ensino Odontológico da UFRGS para tratamento odontológico com diferentes níveis de complexidade. b) Acolhimento em saúde mental: o atendimento é realizado por psicólogos da Prae. c) Atividades esportivas participativas: orientação sobre práticas esportivas, guia sobre locais de prática e acesso a atividades como basquete, corrida em águas profundas, biribol (vôlei na piscina), yoga, entre outros. d) Atividades esportivas competitivas: participação de estudantes beneficiários nas equipes de Esporte Universitário, com possibilidade de atuação em competições universitárias nas seguintes modalidades: Atletismo, Basquete, Futsal, Handebol, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Voleibol e Xadrez. e) Atendimento de fisioterapia: o atendimento é realizado pela Clínica de Fisioterapia da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid), para alunos com diagnóstico e encaminhamento prévio.

Continua...

BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO
Programa de Bolsas Prae	Oportuniza ao estudante desenvolver atividades na UFRGS visando ao aperfeiçoamento da experiência profissional em nível técnico e administrativo em unidades acadêmicas ou administrativas da universidade. Disponibilizadas até 930 bolsas com valor de R\$ 700.
Atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação e altas habilidades.	a) Serviço de Acessibilidade e Acompanhamento: atendimento especializado realizado pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (INCLUIR), relacionados a solicitações de apoio para atividades acadêmicas, solicitação de adaptação de materiais acadêmicos. b) Auxílio Tecnologia Assistiva: auxílio financeiro, de parcela única, no valor máximo de R\$3.000. c) Auxílio Transporte Acessível: auxílio financeiro, de periodicidade mensal, no valor máximo de R\$2.000 para utilização de carro adaptado. d) Auxílio saúde para pessoas com deficiência: auxílio financeiro, de periodicidade mensal, no valor máximo de R\$800 para utilização de métodos terapêuticos que auxiliem no desenvolvimento biopsicossocial do estudante com deficiência.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Documentos Oficiais e Editais Prae disponíveis em <https://www.ufrgs.br/prae/>.

O acesso ao Programa de Benefícios ocorre por meio de editais de seleção publicados semestralmente pela Prae. A condição básica é possuir renda familiar *per capita* inferior a 1,5 salário-mínimo. Conforme o benefício, pode haver outros critérios de inclusão. Por exemplo, para moradia estudantil, o estudante deve comprovar a inviabilidade de frequentar o curso com bom aproveitamento, decorrente da distância entre a residência e o local das aulas, das condições de estudo precárias na residência de origem, entre outras situações de vulnerabilidade. Estudantes ingressantes nas vagas reservadas a ações afirmativas com critério de renda não precisam comprovar a situação de vulnerabilidade para acessar o benefício, já que o fizeram no ingresso. Os demais devem se submeter à análise socioeconômica realizada pela equipe de seleção da Prae, apresentando documentação comprobatória da renda.

Cabe salientar que somente para a moradia estudantil há limite de vagas no acesso ao benefício, gerando uma

classificação (ranking) entre os candidatos. Nos demais auxílios, o estudante precisa apenas comprovar o critério para acessá-lo. Além disso, o tempo máximo de permanência no Programa de Benefícios é equivalente ao tempo aconselhado para conclusão do curso, acrescido de 50% desse tempo, exceto para estudantes ingressantes pelo processo seletivo especial indígena ou reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD), que tem o acréscimo de 100% ao tempo do curso.

Para fins da nossa pesquisa, foram considerados beneficiários os estudantes que acessaram pelo menos um dos benefícios ao longo da sua permanência na universidade, a qualquer tempo de sua trajetória acadêmica e por qualquer período.

Resultados e análise: o impacto da assistência nas trajetórias estudantis

Os dados referentes aos ingressantes entre 2013 e 2022 mostram que apenas 15,3% dos estudantes receberam algum

tipo de benefício. Conforme a Tabela 2, observa-se que as estudantes mulheres e de cursos de licenciatura acessam proporcionalmente mais os benefícios do que homens e de cursos de bacharelados. A variação é mais perceptível entre os sexos:

18,1% das mulheres são usuárias da assistência estudantil, enquanto entre os homens o percentual é de apenas 12,6%. Com relação ao turno, o acesso aos benefícios ocorre de forma semelhante, aproximando-se de 15%.

Tabela 2. Frequência de estudantes com acesso à assistência estudantil por sexo, grau acadêmico e turno do curso

VARIÁVEL		ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL		TOTAL
		NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
Sexo	FEMININO	20.449	4.505	24.954
		81,9%	18,1%	100,0%
	MASCULINO	21.441	3.081	24.522
		87,4%	12,6%	100,0%
Grau Acadêmico	BACHARELADO	35.600	6.127	41.727
		85,3%	14,7%	100,0%
	LICENCIATURA	6.290	1.459	7.749
		81,2%	18,8%	100,0%
Turno	DIURNO	31.556	5.812	37.368
		84,4%	15,6%	100,0%
	NOTURNO	10.334	1.774	12.108
		85,3%	14,7%	100,0%
Total		41.890	7.586	49.476
		84,7%	15,3%	100,0%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Os estudantes das áreas de Engenharias e Ciências Exatas e da Terra são os que menos acessam a assistência estudantil, possuindo, proporcionalmente, 10,7% e 13,5% de beneficiários, respectivamente. Já as áreas de Ciências Biológicas e Ciências da Saúde têm, proporcionalmente, o maior

número de beneficiários entre seu quadro discente: 20,1% e 18,3%, respectivamente. A distribuição dos beneficiários se concentra em maior proporção na área de Ciências Sociais Aplicadas, que acumula 28,3% de todos os estudantes vinculados ao programa de assistência estudantil.

Tabela 3. Distribuição dos estudantes conforme acesso a benefícios e área dos cursos

ÁREA CAPES	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL		TOTAL
	NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	1.786	389	2.175
	82,1%	17,9%	100,0%
	4,3%	5,1%	4,4%
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1.028	259	1.287
	79,9%	20,1%	100,0%
	2,5%	3,4%	2,6%
CIÊNCIAS DA SAÚDE	6.441	1.444	7.885
	81,7%	18,3%	100,0%
	15,4%	19,0%	15,9%
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	4.332	675	5.007
	86,5%	13,5%	100,0%
	10,3%	8,9%	10,1%
CIÊNCIAS HUMANAS	5.182	1.078	6.260
	82,8%	17,2%	100,0%
	12,4%	14,2%	12,7%
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	12.395	2.145	14.540
	85,2%	14,8%	100,0%
	29,6%	28,3%	29,4%
ENGENHARIAS	7.126	857	7.983
	89,3%	10,7%	100,0%
	17,0%	11,3%	16,1%
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	3.600	739	4.339
	83,0%	17,0%	100,0%
	8,6%	9,7%	8,8%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Não observamos diferenças significativas na proporção de beneficiários e não beneficiários com relação ao coeficiente de seletividade do curso. O único dado que destoa é favorável aos estudantes do curso

mais seletivo (extremo), cujo percentual de beneficiários é de 18,7%. As demais categorias de seletividade se aproximam a 15%, semelhante ao comportamento geral da população.

Tabela 4. Distribuição dos estudantes conforme acesso a benefícios e coeficiente de seletividade dos cursos

COEFICIENTE DE SELETIVIDADE	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL		
	NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	TOTAL
Extremo	1.107	255	1.362
	81,3%	18,7%	100,0%
	2,6%	3,4%	2,8%
Alto	12.621	2.278	14.899
	84,7%	15,3%	100,0%
	30,1%	30,0%	30,1%
Médio-Alto	8.423	1.547	9.970
	84,5%	15,5%	100,0%
	20,1%	20,4%	20,2%
Médio	8.764	1.598	10.362
	84,6%	15,4%	100,0%
	20,9%	21,1%	20,9%
Médio Baixo	4.726	780	5.506
	85,8%	14,2%	100,0%
	11,3%	10,3%	11,1%
Baixo	5.972	1.048	7.020
	85,1%	14,9%	100,0%
	14,3%	13,8%	14,2%
#N/DISP	277	80	357
	77,6%	22,4%	100,0%
	0,7%	1,1%	0,7%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Em síntese, não identificamos grandes disparidades no acesso aos benefícios ao relacionar a assistência estudantil com as variáveis de sexo, turno, grau acadêmico, área e seletividade do curso. Observam-se pequenas variações no percentual em favor do acesso de mulheres, dos cursos de licenciatura, das áreas de Ciências Biológicas e de Ciências da Saúde, e com maior coeficiente de seletividade.

A relevância do programa de benefícios poderá ser observada no desfecho

acadêmico, sobretudo quando comparamos sua influência na redução da evasão de forma desigual, estratificando os dados por modalidade de vaga. A Tabela 5 evidencia que a evasão entre beneficiários (16,6%) reduz 3,1% em relação a não beneficiários (19,7%). O percentual de diplomados entre beneficiários e não beneficiários é semelhante com pequeno acréscimo (+0,9%) em favor dos beneficiários.

Tabela 5. Distribuição da situação dos estudantes ingressantes entre 2013 e 2022 conforme acesso à assistência estudantil

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	SITUAÇÃO ACADÊMICA			TOTAL
	CURSANDO	DIPLOMADO	EVADIDO	
Não beneficiário	22.347	11.308	8.235	41.890
	53,3%	27,0%	19,7%	100,0%
	84,1%	84,2%	86,7%	84,7%
Beneficiário	4.210	2.117	1.259	7.586
	55,5%	27,9%	16,6%	100,0%
	15,9%	15,8%	13,3%	15,3%
Total	26557	13425	9494	49.476
	53,7%	27,1%	19,2%	100,0%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Apresentaremos a variação desse impacto dos benefícios no desfecho acadêmico de acordo com a modalidade de vaga. Já observamos na Tabela 1 que, entre os estudantes ingressantes de 2013 a 2022, há uma prevalência de 15,3% de beneficiários. Agora podemos observar, conforme demonstram

os dados na Tabela 6, que os cotistas correspondem a 85% dos beneficiários. Ainda assim, apenas 33% deles acessam o programa. Entre os não cotistas, somente 3,8% são beneficiários. Ou seja, a assistência estudantil **não atinge** 84,7% dos estudantes em geral e dois terços (67%) dos cotistas.

Tabela 6. Distribuição dos estudantes quanto ao acesso a benefícios e condição de cotista

RESERVA DE VAGA	ACESSO AO BENEFÍCIO		TOTAL
	NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
Não cotista	28.829	1.141	29.970
	96,2%	3,8%	100,0%
	68,8%	15,0%	60,6%
Cotista	13.061	6.445	19.506
	67,0%	33,0%	100,0%
	31,2%	85,0%	39,4%
Total	41.890	7.586	49.476
	84,7%	15,3%	100,0%
	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Desagregando a condição de cotista em cada modalidade de acesso (Tabela 7), é possível observar que apenas estudantes das modalidades de baixa renda (L1, L2, L9 e L10) têm mais beneficiários do que não beneficiários. Setenta e dois vírgula quatro por cento dos estudantes da modalidade L2 são beneficiários. Além disso, a modalidade L1 tem o maior percentual de estudantes beneficiários (45,9%), seguido da modalidade

L2 (27,6%), representando, juntas, quase três quartos (73,5%) do total de beneficiários. Nesse sentido, embora o acesso não seja universal, nem mesmo entre aquelas modalidades que possuem o critério de inclusão (renda inferior a 1,5 salário-mínimo), é possível observar que a destinação dos auxílios ocorre significativamente com maior margem percentual para os estudantes das modalidades de baixa renda.

Tabela 7. Distribuição dos estudantes quanto ao acesso a benefícios e modalidade de ingresso desagregada

MODALIDADE DE INGRESSO	ACESSO AO BENEFÍCIO		TOTAL
	NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
AC	28.829	1.141	29.970
	96,20%	3,80%	100,00%
	68,80%	15,00%	60,60%
	58,30%	2,30%	60,60%
L1	1.629	3.484	5.113
	31,90%	68,10%	100,00%
	3,90%	45,90%	10,30%
	3,30%	7,00%	10,30%
L2	796	2.091	2.887
	27,60%	72,40%	100,00%
	1,90%	27,60%	5,80%
	1,60%	4,20%	5,80%
L3	7.065	393	7.458
	94,70%	5,30%	100,00%
	16,90%	5,20%	15,10%
	14,30%	0,80%	15,10%
L4	3.331	393	3.724
	89,40%	10,60%	100,00%
	8,00%	5,20%	7,50%
	6,70%	0,80%	7,50%
L9	29	33	62
	46,80%	53,20%	100,00%
	0,10%	0,40%	0,10%
	0,10%	0,10%	0,10%

Continua...

MODALIDADE DE INGRESSO	ACESSO AO BENEFÍCIO		TOTAL
	NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
L10	8	27	35
	22,90%	77,10%	100,00%
	0,00%	0,40%	0,10%
	0,00%	0,10%	0,10%
L13	172	18	190
	90,50%	9,50%	100,00%
	0,40%	0,20%	0,40%
	0,30%	0,00%	0,40%
L14	31	6	37
	83,80%	16,20%	100,00%
	0,10%	0,10%	0,10%
	0,10%	0,00%	0,10%
Total	41890	7586	49476
	84,70%	15,30%	100,00%
	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Um dos aspectos mais relevantes a ser considerado no desfecho das trajetórias estudantis é o acesso à assistência estudantil. O impacto do acesso aos benefícios na situação acadêmica pode ser observado na Tabela 8. Estudantes de todas as modalidades de ingresso reduzem o percentual de evasão e aumentam de diplomação quando acessam os benefícios. A maior variação do percentual de diplomados ocorre na modalidade Ampla Concorrência, em que os estudantes beneficiários têm um

acréscimo de 16,2% de diplomados em relação a não beneficiários do mesmo grupo de ingresso.

Com relação à evasão, o percentual reduz de 19,7% entre não beneficiários para 16,6% entre os beneficiários. Esse impacto se sobressai quando comparamos o perfil de baixa renda: estudantes da modalidade L1 têm reduzido de 39,2% para 16,2% o percentual de evasão quando acessam benefícios; entre os estudantes da modalidade L2, a redução é ainda mais acentuada, de 49,9% para 21%.

Tabela 8. Distribuição dos beneficiários por modalidade de ingresso e situação acadêmica

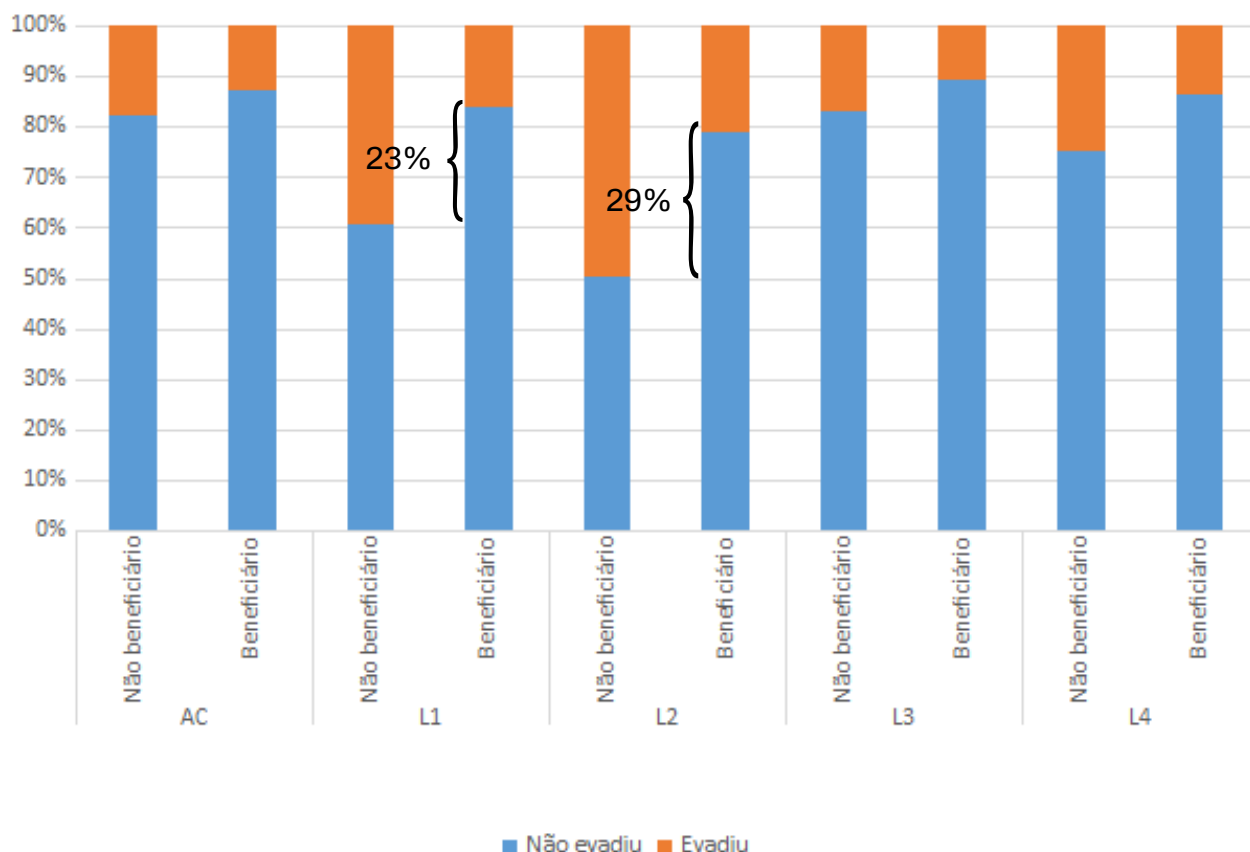
MODALIDADE DE INGRESSO	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	SITUAÇÃO ACADÊMICA			TOTAL
		CURSANDO	DIPLOMADO	EVADIDO	
AC	Não beneficiário	14.863 51,6%	8.841 30,7%	5.125 17,8%	28.829 100,0%
	Beneficiário	460 40,3%	535 46,9%	146 12,8%	1141 100,0%
L1	Não beneficiário	680 41,7%	310 19,0%	639 39,2%	1.629 100,0%
	Beneficiário	2.035 58,4%	884 25,4%	565 16,2%	3.484 100,0%
L2	Não beneficiário	280 35,2%	119 14,9%	397 49,9%	796 100,0%
	Beneficiário	1.154 55,2%	498 23,8%	439 21,0%	2.091 100,0%
L3	Não beneficiário	4.495 63,6%	1.373 19,4%	1.197 16,9%	7.065 100,0%
	Beneficiário	242 61,6%	109 27,7%	42 10,7%	393 100,0%
L4	Não beneficiário	1.848 55,5%	661 19,8%	822 24,7%	3.331 100,0%
	Beneficiário	248 63,1%	91 23,2%	54 13,7%	393 100,0%
L9	Não beneficiário	20 69,0%	- -	9 31,0%	29 100,0%
	Beneficiário	30 90,9%	- -	3 9,1%	33 100,0%
L10	Não beneficiário	4 50,0%	- -	4 50,0%	8 100,0%
	Beneficiário	21 77,8%	- -	6 22,2%	27 100,0%
L13	Não beneficiário	137 79,7%	4 2,3%	31 18,0%	172 100,0%
	Beneficiário	15 83,3%	0 0,0%	3 16,7%	18 100,0%
L14	Não beneficiário	20 64,5%	- -	11 35,5%	31 100,0%
	Beneficiário	5 83,3%	- -	1 16,7%	6 100,0%
Total	Não beneficiário	22.347 53,3%	11.308 27,0%	8.235 19,7%	41.890 100,0%
	Beneficiário	4.210 55,5%	2.117 27,9%	1.259 16,6%	7.586 100,0%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

A variação no percentual de evasão por modalidade de ingresso pode ser visualizada no Gráfico 1. O impacto é mais

proeminente entre cotistas L2 e L1, com redução da evasão de 29% e 23%, respectivamente, entre beneficiários.

Gráfico 1. Redução da evasão a partir do acesso a benefícios em cada modalidade de ingresso



Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Na Tabela 9, agregamos os estudantes pelo critério de renda e étnico-racial. Quando consideramos apenas estudantes ingressantes nas modalidades de renda inferior (agrupando L1, L2, L9 e L10), observamos que a evasão geral desse perfil corresponde a 25,5%. No entanto, o percentual reduz de 42,6% entre não beneficiários para 18,5% entre beneficiários (redução de 24,1%).

O impacto na redução da evasão é menor quando consideramos estudantes de todas as modalidades de vaga com critério étnico-racial (L2, L4, L10 e L14). O percentual geral de evasão nessas modalidades é de 25,9%, variando apenas 9,7% entre beneficiários e não beneficiários, com percentuais de evasão de 19,9% e 29,6%, respectivamente.

Tabela 9. Situação acadêmica, conforme acesso a benefícios, dos estudantes agregados em categorias pelas modalidades de ingresso de baixa renda e de critério étnico-racial

CRITÉRIO DA COTA	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	SITUAÇÃO			TOTAL
		CURSANDO	DIPLOMADO	EVADIDO	
Baixa renda (L1, L2, L9 e L10)	Não beneficiário	984	429	1.049	2.462
		40,0%	17,4%	42,6%	100,0%
	Beneficiário	3.240	1.382	1.013	5.635
		57,5%	24,5%	18,0%	100,0%
	Total	4.224	1.811	2.062	8.097
		52,2%	22,4%	25,5%	100,0%
Pretos, pardos e indígenas (L2, L4, L10 e L14)	Não beneficiário	2.152	780	1.234	4.166
		51,7%	18,7%	29,6%	100,0%
	Beneficiário	1.428	589	500	2.517
		56,7%	23,4%	19,9%	100,0%
	Total	3.580	1.369	1.734	6.683
		53,6%	20,5%	25,9%	100,0%

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Em síntese, o percentual de evasão total entre os ingressantes de 2013 e 2022 é de 19,2%, no entanto, beneficiários em geral evadem menos (16,6%) do que não beneficiários (19,7%), e esse impacto na redução do abandono é mais expressivo nas modalidades de baixa renda (variação de 24,1%). Entre estudantes de modalidades de vaga destinadas a pretos, pardos e indígenas, há uma redução significativa da evasão entre beneficiários (-9,7%), mas o percentual (19,9%) segue em patamar superior à população geral do estudo. A modalidade que apresenta maior impacto do efeito dos benefícios sobre a redução do percentual de evasão é justamente a que acumula os critérios étnico-racial e de renda (L2), cuja diferença entre beneficiários e não beneficiários é de 29%. Nesse sentido, é possível considerar que os benefícios são significativamente

importantes para redução dos percentuais de evasão, sobretudo para as populações mais vulneráveis.

Para além do impacto na situação acadêmica, nossos dados evidenciam que os benefícios também influenciam a média de permanência dos estudantes. Na Tabela 10, podemos observar que, entre os estudantes evadidos, a média de permanência na universidade é semelhante: pouco maior de seis semestres. No entanto, aqueles que receberam benefícios ao longo do curso conseguiram prorrogar a permanência na universidade em mais de dois semestres (7,74) quando comparados aos que não receberam (6,52). Quando observamos a estratificação por modalidade de ingresso, verificamos que a maior variação ocorre na modalidade L4 (+3,58 semestres na média), em favor da permanência dos que acessam a assistência estudantil.

Tabela 10. Média de permanência (em semestres) dos ingressantes entre 2013-2022 conforme modalidade de ingresso e acesso à assistência estudantil

MODALIDADE DE INGRESSO	NÃO BENEFICIÁRIOS			BENEFICIÁRIOS			TOTAL - EVADIDOS		
	MÉDIA	N	DESVIO PADRÃO	MÉDIA	N	DESVIO PADRÃO	MÉDIA	N	DESVIO PADRÃO
AC	6,69	5.125	4,336	8,76	146	4,733	6,75	5.271	4,360
L1	5,69	639	4,093	7,47	565	4,600	6,52	1.204	4,426
L2	5,18	397	4,197	7,29	439	4,830	6,29	836	4,659
L3	6,71	1.197	4,115	9,55	42	4,533	6,81	1.239	4,160
L4	6,59	822	4,573	10,17	54	4,505	6,81	876	4,647
L9	3,33	9	2,828	6	3	3,000	4	12	2,985
L10	2,5	4	1,291	4	6	3,162	3,4	10	2,591
L13	5,06	31	2,932	11	3	5,196	5,59	34	3,517
L14	2,91	11	1,814	19	1	.	4,25	12	4,957
Total	6,52	8235	4,317	7,74	1259	4,754	6,68	9494	4,397

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

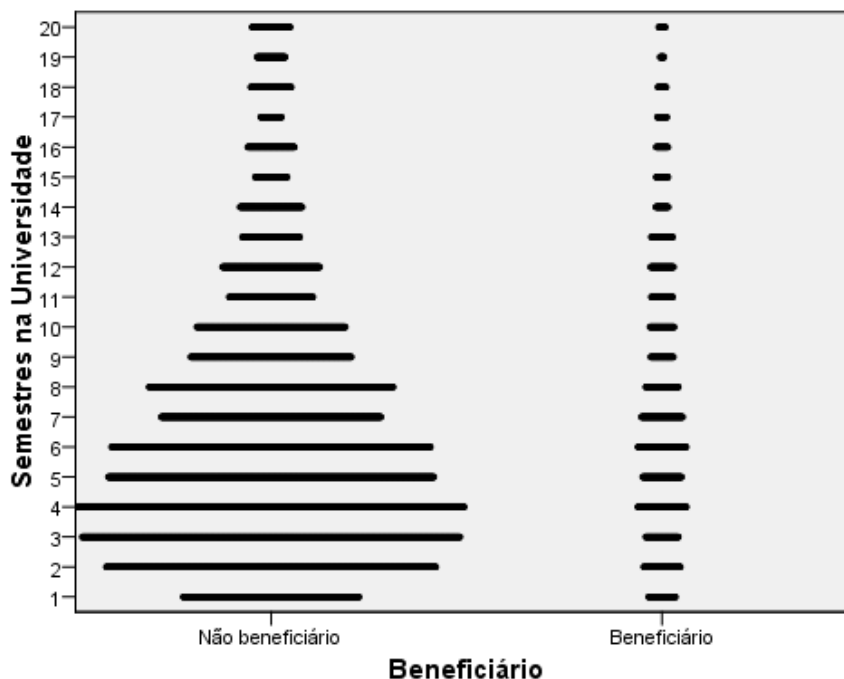
70

O Gráfico 2 permite visualizarmos que a distribuição da evasão ao longo do tempo de permanência dos estudantes na universidade tende a diminuir a intensidade dos picos (semestres com maior frequência) entre os beneficiários. Além disso, a concentração da evasão entre os beneficiários é mais tardia (entre 4º e 7º semestres) do que entre os não beneficiários (entre 2º e 5º semestres). Com isso, dilui-se o formato piramidal observado da frequência de ocorrências de não beneficiários, distribuindo mais proporcionalmente ao longo do tempo de

permanência dos estudantes beneficiários na universidade.

Os dados corroboram a hipótese de que o acesso ao Programa de Benefícios (suporte institucional de assistência estudantil) corresponde a um importante mecanismo de redução das desvantagens educacionais, contribuindo para redução da evasão e aumento da diplomação, sobretudo entre os estudantes com maior vulnerabilidade social. Esses resultados convergem com a literatura sobre o tema (Cespedes *et al.*, 2021; Cruz *et al.*, 2023; Heringer, 2018, 2022; Julião *et al.*, 2022; Nierotka, 2021; Silva, 2019).

Gráfico 2. Distribuição dos estudantes evadidos por semestre de presença na universidade em relação ao acesso a benefícios



Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Esse impacto da assistência estudantil nos desfechos terminativos (evasão e diplomação) torna-se mais perceptível quando desagregamos a modalidade de ingresso. Os novos públicos que ingressaram na universidade a partir da Lei de Cotas não demonstraram trajetórias significativamente distantes dos públicos tradicionais, quando homogeneizados sob a categoria “cotistas”. Nesse nível de comparação (entre “cotistas” e “não cotistas”), o ambiente acadêmico absorve de forma relativamente neutralizadora as disparidades de origem. Por outro lado, a estratificação da categoria “cotistas” permite identificarmos três feixes distintos de trajetórias que revelam a amplitude das desigualdades:

1) *Trajетória 1*: tendência de aproximação da modalidade L3 (brancos de renda superior) ao padrão de comportamento da ampla concorrência, com desfechos mais favoráveis;

2) *Trajетória 2*: aproximação das trajetórias das modalidades L1 (brancos de baixa renda) e L4 (pretos, pardos e indígenas com renda superior) com despenho intermediário;

3) *Trajетória 3*: trajetória significativamente mais prejudicada, associada aos critérios étnico-racial e de baixa renda (L2), que apresenta melhores respostas ao impacto do apoio institucional no desfecho acadêmico, mas ainda com a permanência ameaçada na universidade.

A Tabela 11 apresenta os dados gerais dos indicadores dessa tipificação das trajetórias. É possível observar que a retenção se distribui verticalmente da ampla concorrência (melhor desempenho) para a modalidade L2 (pior TIM). Na evasão, há uma pequena alteração de posição entre AC e L3, ambas permanecendo na mesma trajetória (1); bem

como L1 e L4, que intercalam a posição permanecendo na trajetória 2. Com relação à diplomação, ocorre maior oscilação

no comportamento, distanciando a AC (31,3%) dos cotistas como um todo (aproximam-se de 20%).

Tabela 11. Situação acadêmica por feixes de trajetórias e modalidade de vaga

FEIXES		DESEMPENHO (TIM)	EVASÃO %	DIPLOMAÇÃO %
Trajetória 1	AC	120,44	17,6	31,3
	L3	114,19	16,6	19,9
Trajetória 2	L1	105,76	23,5	23,4
	L4	99,91	23,5	20,2
Trajetória 3	L2	92,83	29	21,4

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Quando relacionamos a diplomação com acesso à assistência estudantil (Tabela 12), podemos perceber que a modalidade L3 corrige parte desse baixo percentual de diplomação (superando as demais modalidades com 27,7%), mas mantendo-se bastante abaixo da AC (46,9%).

Nesse sentido, podemos inferir que a modalidade L3 tem semelhança com AC em relação ao desempenho ao longo do curso (retenção) e à evasão, mas possui indicadores de diplomação inferiores, inclusive que as demais modalidades. Esse fenômeno, aparentemente contraditório, explica-se pelo maior percentual de

estudantes L3 ainda vinculados à universidade (63,5% cursando), que ocorre devido ao aumento proporcional de ingresso dessa modalidade a partir de 2018 (ocupando quase 20% das vagas totais da universidade. Assim, o motivo do menor percentual de diplomados nesta modalidade não está associado ao desempenho acadêmico (possui taxas de integralização de créditos superiores às demais modalidades de cotas), e sim à distribuição de seus estudantes nas três categorias de desfechos desproporcional, quando comparada às demais modalidades de ingresso, “inchando” a situação “cursando”.

Tabela 12. Percentual de diplomação comparativo pelo acesso à assistência estudantil, por feixes de trajetórias e modalidade de vaga.

FEIXES		DIPLOMAÇÃO %		GERAL
		NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
Trajetória 1	AC	30,7	46,9	31,3
	L3	19,4	27,7	19,9
Trajetória 2	L1	19	25,4	23,4
	L4	19,8	23,2	20,2
Trajetória 3	L2	14,9	23,8	21,4

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

A Tabela 13 mostra, inclusive, que a taxa de integralização da modalidade L3 quando acessa benefício supera a AC, caracterizando a trajetória 1 como de melhores desempenhos. Isso também

se observa na Tabela 14, que evidencia menor evasão entre estudantes L3. Ainda sobre evasão, observamos que a modalidade L4 apresenta menor percentual de evasão que L1.

Tabela 13. Média da TIM comparativo pelo acesso à assistência estudantil, por feixe de trajetórias e modalidade de vaga

FEIXES		DESEMPENHO (TIM)		GERAL
		NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
Trajetória 1	AC	120,42	121,03	120,44
	L3	113,29	130,86	114,19
Trajetória 2	L1	91,54	110,52	105,76
	L4	98,1	113,37	99,91
Trajetoária 3	L2	71,16	98,08	92,83

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Observa-se na Tabela 14 uma alteração no “ranking” (conforme a cor da célula), reclassificando as modalidades na situação de “evasão”: L3 assume melhor dado geral e AC aparece na sequência, visivelmente na mesma trajetória (1); bem como L4 alterna com L1 a posição internamente

na trajetória 2. Essa oscilação está diretamente vinculada aos critérios de cada modalidade, fazendo com que a modalidade L2 se aproxime da L1 nos parâmetros de evasão (critério de renda) e da modalidade L4 nos parâmetros de retenção e diplomação (critério étnico-racial).

Tabela 14. Percentual de evasão comparativo pelo acesso à assistência estudantil, por feixes de trajetórias e modalidade de vaga

FEIXES		EVASÃO %		GERAL
		NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
Trajetória 1	L3	16,9	10,7	17,6
	AC	17,8	12,8	16,6
Trajetória 2	L4	24,7	13,7	23,5
	L1	39,2	16,2	23,5
Trajetoária 3	L2	49,9	21	29

Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

Para cada modalidade de vaga se estabeleceu um gráfico cujo eixo x está apresentado de forma decrescente e corresponde ao percentual de evasão; o eixo y (crescente) corresponde ao percentual

A diferença entre os retângulos corresponde ao impacto dos benefícios, sendo os retângulos internos relativos aos dados dos não beneficiários, e os retângulos maiores, os que representam os dados dos beneficiários. As linhas contínuas presentes em cada gráfico formam um retângulo apenas com contorno (sem preenchimento de cor) referente ao dado geral de cada modalidade. As linhas pontilhadas subdividem as trajetórias.

74

Figura 1. Esquema comparativo do desfecho acadêmico por trajetórias, estratificado por modalidade de vaga e acesso à assistência estudantil



Fonte: UFRGS/Prograd/Prae. Elaboração própria.

No feixe da trajetória 1, encontramos os gráficos das modalidades AC e L3 com os melhores desfechos (situados mais à direita do esquema e com maiores áreas retangulares). Observa-se que o impacto dos benefícios é maior sobre o percentual de diplomados do que de evadidos. Por meio da análise que realizamos ao longo do artigo e sintetizamos neste esquema, depreendemos que esse perfil se constitui a partir de uma reatualização das trajetórias historicamente presentes no campo acadêmico, sem perspectiva de embate com os valores tradicionais da universidade. Contempla os estudantes familiarizados com o ambiente acadêmico, sobre os quais a política de cotas pouco ou nada influi nos destinos.

O segundo feixe é formado por estudantes de modalidades que possuem o critério de baixa renda (L1) ou étnico-racial (L4), mas sem a combinação de ambos simultaneamente. Observam-se desfechos intermediários com significativa melhora nos percentuais de evasão a partir do acesso aos benefícios (diferente da trajetória 1, com melhor impacto na diplomação). Esse perfil de estudante parece ter seu acesso à universidade mais dependente da implementação das cotas, sobretudo em cursos de maior seletividade. Nesse sentido, possui maior potencial de alargamento das fronteiras meritocráticas do acesso e consolidação da permanência ao ambiente universitário a partir do implemento de um “impacto controlado” da diversidade limitada.

Por fim, o terceiro feixe de trajetórias desafia a capacidade de inclusão da universidade, representando potencialmente a maior contestação do *habitus* acadêmico. Detém significativa contribuição latente para alargar os parâmetros epistemológicos e produzir conhecimentos periféricamente contemplados. O perfil é composto pelos estudantes mais vulneráveis (associando o critério de renda e étnico-racial), que essencialmente motivaram a origem

e implementação das cotas no ensino superior, mas para os quais a universidade se mostra mais hostil à sua permanência. Ainda que os benefícios apresentem o maior efeito positivo no desfecho entre todas as trajetórias comparadas, segue sendo a modalidade com maiores probabilidades de evasão.

Orientando-se pela fundamentação teórica de nossa pesquisa, podemos inferir que o processo de diferenciação dessas trajetórias está associado à classe de *habitus* e corresponde às posições dos agentes no campo. Se, como vimos, a Política de Cotas pôde promover o deslocamento de agentes no espaço social em direção ao campo acadêmico, não o fez eliminando a exigência de certo acúmulo de capitais, cujo volume e disposição orientam o feixe de trajetória que ocupa.

Considerações finais

A análise da relação entre a origem social e o desfecho acadêmico de estudantes cotistas na UFRGS (2013-2022), considerando o impacto da assistência estudantil, permitiu construir estatisticamente feixes de trajetórias que caracterizam o conjunto da população estudada. A noção de trajetória adotada destaca segmentos de estudantes cujas condições de êxito acadêmico estão relacionadas à origem social. Entre os estudantes mais bem posicionados no percurso estudantil — que ingressaram pelo Acesso Universal e pela Política de Cotas na modalidade L3 —, é possível inferir uma origem social semelhante e uma tendência a alcançar um êxito maior na trajetória universitária. Os que compõem essa trajetória modal demonstram maior familiaridade com o campo acadêmico em comparação aos estudantes dos outros dois percursos identificados.

Em relação a esses demais percursos, compreendemos que há um processo de

reorientação nas trajetórias socioeducacionais de estudantes que dificilmente ingressariam na universidade sem o suporte da Política de Cotas. Embora não determine um destino, as condições de classe e raça delimitadas pelas ações afirmativas configuram marcadores sociais que demandam incentivos específicos tanto para o ingresso quanto para a permanência e o sucesso acadêmico. Assim, a reorientação de trajetória promovida pelas cotas, em muitos casos, requer o apoio de outra política para se concretizar plenamente em seu caráter afirmativo: a política de assistência estudantil. Esta, além de prover auxílios materiais, incide sobre condições de convivência, experiências cotidianas e sobre modos de viver, sentir, pensar e agir no espaço universitário.

Se o *habitus* e o senso prático são formados antes da condição de estudante universitário — nas relações familiares, escolares e comunitárias —, o ingresso no campo acadêmico e as novas experiências desestabilizam essas referências pregressas e exigem a incorporação ou a modificação de disposições mais ajustadas ao campo acadêmico e convergentes com capitais e requisitos que o compõem. No caso dos estudantes com trajetórias reorientadas a partir da política de cotas, as novas experiências culturais, burocráticas e pedagógicas tendem a gerar crises do senso prático (Bourdieu, 1996), impondo o desafio de elaborar mecanismos para lidar com contradições e conflitos em um tempo reduzido, marcado pela exigência de desempenho que define a vida universitária.

No limite dessas contradições emergem reflexividades e rupturas capazes de produzir formas alternativas de percepção e posicionamento no espaço acadêmico — como observamos entre estudantes de primeira geração universitária (Caregnato e Miorando, 2023). Tais rupturas podem gerar dificuldades, mas

também deslocamentos produtivos que atuam sobre referências anteriores, produzem rearranjo nas disposições e configuram o que Bourdieu (2001) denomina de *habitus* clivado.

Embora os dados indiquem que os auxílios da assistência estudantil atenuem as desigualdades, é indispensável reconhecer a pluralidade de condições existentes entre os estudantes cotistas. Esses estudantes podem contar ou não com a assistência estudantil, e quando a recebem, é fundamental que a instituição atente para o tipo de apoio adequado a cada situação, como sinaliza Heringer (2018, 2022). A oferta de apoios material, pedagógico, psicológico, entre outros, pode ser fator decisivo para os desfechos das trajetórias, já que, como mostram os dados, a presença de auxílios e assistência aos estudantes reduz a evasão.

Outros estudos poderão analisar mais detidamente a relação entre cada um dos feixes de trajetórias identificados e os tipos de auxílios que mais correspondem às suas necessidades. O aprofundamento da questão poderia considerar a estratificação dessa relação entre auxílios e trajetórias por curso de graduação. Além disso, a alteração no critério socioeconômico, com redução do perfil de renda de 1,5 para 1 salário-mínimo *per capita*, tanto na revisão da Política de Cotas como na promulgação da Pnaes, demanda um período de efetiva implementação para avaliação no impacto dessa mudança. Cabe destacar que os temas das ações afirmativas e da assistência estudantil vêm sendo explorados no caso de estudantes de graduação. A verticalização do sistema e a presença de ações afirmativas na pós-graduação mostram que é necessário dar atenção também a esses tópicos nessa etapa de formação. Além disso, abordagens qualitativas sobre o percurso dos estudantes cotistas e/ou beneficiários podem

problematizar fatores microssociais que restringem ou facilitam o pertencimento

e desfechos acadêmicos positivos para os estudantes na universidade.



Referências

Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.

Bourdieu, P. (2001). *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (2012). Futuro de classe e causalidade do provável. In: C. M. M. Nogueira; A. Catani (Org.) *Escritos de educação* (pp. 81-126). 13 ed. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P; Passeron, J. (2014). *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis: UFSC.

Brandão, Z. (2010). Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. *Revista Educação e Pesquisa*, 36(1), 227-241. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000100003>

Caregnato, C. E.; Miorando, B. S. (2023). Elementos de reflexividade na socialização acadêmica de estudantes de primeira geração na educação superior. *Revista Educação e Pesquisa*, 49. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349270176en>

Cespedes, J. G. et al. (2021). Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 29(133), 1067-1091. <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902418>

Cruz, S. C. N. et al. (2023). Impacto dos programas institucionais sobre desempenho acadêmico na FURG. *Estudos em Avaliação Educacional*, 34, e08747. <https://doi.org/10.18222/eae.v34.8747>

Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. (2010, 19 de julho). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. Brasília, DF: Presidência da República.

Fellin, L. B. (2025). *Ações afirmativas no ensino superior: trajetórias recorrentes e biografia improváveis na UFRGS* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

Heringer, R. (2018). Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 19(1), 7-17. <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2019v19n1p7>

Heringer, R. (2022). Políticas de acesso e permanência na Universidade do Texas, Austin (EUA): elementos para reflexão sobre o caso brasileiro. *Educar em Revista*, 38. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.78962>

Julião, C. R. F. et al. (2022). O impacto do programa nacional de assistência estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. *Revista GUAL*, 15(1), 203-225. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e84021>

Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Nierotka, R. L. (2021). *Desigualdade de oportunidades no ensino superior: Um estudo de caso sobre acesso e conclusão na UFFS* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Nogueira, C. M. M; Nogueira, M. A. (2015). Os herdeiros: fundamentos para uma sociologia do ensino superior. *Educação & Sociedade*, 36(130), 47-62. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015140412>

Silva, F. V. (2019). *Avaliação da efetividade da assistência pecuniária da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018* (Dissertação Mestrado Profissional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

UFRGS. (2023). *Relatório das Ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis*

– 2022. Porto Alegre: UFRGS. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2023/08/Relatorio-Acoes-PRAE-2022-site2.pdf>.

Valle, I. R. (2014). Os herdeiros: uma das principais “teses” da sociologia francesa da educação. *Revista Linhas*. Florianópolis, 15(29), 232-250. <https://doi.org/10.5965/1984723815292014232>

Recebido em 15/09/2025. Aprovado em 24/10/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.